

- Relatório de Atividades do Núcleo Especializado

Núcleo: Núcleo Especializado de Habitação e Urbanismo

Coordenadora: Anáí Arantes Rodrigues

Período Compreendido: 01 de fevereiro a 31 de julho de 2014

Número de Integrantes afastados:

- Três integrantes afastados - Anáí Arantes Rodrigues (Coordenadora), Sabrina Nasser de Carvalho (Coordenadora Auxiliar) e Ana Carvalho Ferreira Bueno de Moraes (membro com dedicação exclusiva).

Número de Integrantes Membros/Colaboradores: 18 integrantes

Integrantes em 31.07.2014: Anáí Arantes Rodrigues (coordenadora), Sabrina Nasser de Carvalho (Coordenadora Auxiliar), Ana C. F. Bueno de Moraes (membro com dedicação exclusiva), Pedro Pereira dos Santos Peres (1ª Defensoria Pública do NHABURB), Ângela de Lima Pieroni Detoni (2ª Defensoria Pública do NHABURB), Alexandra Pinheiro de Castro (3ª Defensoria Pública do NHABURB), Rafael Negreiros Dantas Lima (4ª Defensoria Pública do NHABURB), Carolina Nunes Pannain (5ª Defensoria Pública do NHABURB), Felipe Amorim Princesa (7ª Defensoria Pública do NHABURB), Fabiana Julia Oliveira Resende (8ª Defensoria Pública do NHABURB), Felipe Hotz de Macedo Cunha (9ª Defensoria Pública do NHABURB), Luisa Lins Veloso (11ª Defensoria Pública do NHABURB), Lucas Akira Pascoto Nishikawa (12ª Defensoria Pública do NHABURB), Fernando Catache Borian (13ª Defensoria Pública do NHABURB); Dione Ribeiro Basilio (14ª Defensoria Pública do NHABURB), Marina Neves de Campos Mello (15ª Defensoria Pública do NHABURB), Felipe Capra da Cunha Lopes (16ª Defensoria Pública do NHABURB) e Marina Costa Craveiro Silva (17ª Defensoria Pública do NHABURB).

Atividades Desenvolvidas

1) **Compilação e remessa de informações técnico-jurídicas, sem caráter vinculativo, aos Defensores Públicos**

O Núcleo de Habitação e Urbanismo, no período objeto do presente relatório, seguiu atualizando o seu subportal com modelos de petição, legislação, jurisprudência, parecer e demais assuntos de interesse para atuação na temática da habitação e urbanismo. No período, foram enviados por e-mail dois informativos.

2) **Medidas judiciais e extrajudiciais propostas, para tutela de interesses individuais, coletivos e difusos**

2.1. Medidas Judiciais e Extrajudiciais propostas isoladamente

A - Lista de ações propostas (iniciais ou primeiras manifestações em ações em curso).

Comunidade	Tipo de ação	Fase atual
Comunidades Ribeirinhas do Córrego Pirajussara	Ação Civil Pública	Distribuída no dia 21.07, aguardando apreciação do pedido liminar
Sítio São Francisco	Petição nos autos de ACP, nº 0015426-84.2008.8.26.0224 (2ª vara fazenda pública de Guarulhos), proposta pelo Ministério Público	A ação está em fase de saneamento e a petição da DPE ainda não foi apreciada
Comunidade Jardim Paraíba	Embargos de Terceiros e intervenção como assistente simples no Tribunal de Justiça, no processo nº 4000515-13.2013.8.26.0292, da Vara da Fazenda Pública de Jacareí	Os Embargos de Terceiros estão conclusos para sentença e o pedido de assistência ainda não foi apreciado
Chácara Progresso	Ação Civil Pública nº 1011866-38.2014.8.26.0053	Em 26/03/2014, Defensoria entrou com a ação civil pública pedindo tutela antecipada para regularização da área pelo risco aos moradores.

Caraguatatuba	Ação de Reintegração de Posse nº 0000005-10.1978.8.26.0126	Ação de Reintegração de posse de 1978, Defensoria entrou com exceção de pré-executividade, rejeitada em 24.06.2014, ainda não intimada.
Reintegração de posse no município de Serrana	Agravo de Instrumento nº 0016135-05.2014.8.26.0000	Defensoria entrou como assistente dos réus no Agravo de Instrumento, pedindo reconsideração do despacho de reintegração de posse. Aguardando decisão.

B - Lista de ações extrajudiciais

B.1 – Reunião com moradores das comunidades que serão atingidos pelo Trecho Norte do Rodoanel e tratativas com a DERSA visando a garantia do direito à moradia das famílias. O núcleo vem acompanhando a questão da construção do Trecho Norte do Rodoanel, em especial no que diz respeito ao impacto social por conta das remoções. Nesse sentido, foram realizadas: a) Reuniões com comissão de representantes das comunidades afetadas pelo Trecho Norte do Rodoanel; c) reuniões com o procurador dos direitos do cidadão, no MPF, inclusive com representantes da DERSA; d) participação em duas audiências de conciliação na Justiça Federal.

B.2 – Visita às Comunidades. No período o núcleo realizou visitas às comunidades Vila SOMA (Sumaré), Favela da Fazendinha, Jd. Edith, Perequê-Mirim (Caraguatatuba), Paiolzinho (Guaianazes), Rodrigo Barreto(Arujá), Jardim Leme (Campo Limpo), Jardim Paraíba (Jacareí), Jardim do Marquês e Jardim Mississipi (Jacareí) e Jardim Nova República (São José dos Campos), comunidades ribeirinhas do Córrego Pirajussara (São Paulo – Campo Limpo e Embu); Brooklin-Campo Belo.

B.3 – Participação em audiências públicas. No período, o núcleo participou de uma audiência pública, sobre o novo Plano Diretor Estratégico de São Paulo; participou de uma audiência pública em Arujá, sobre a comunidade Rodrigo Barreto.

2.2. Medidas Judiciais propostas conjuntamente com Defensor Natural

No período não foi proposta nenhuma ação judicial conjuntamente com defensor natural.

3) Realização de intercâmbio, em conjunto com a EDEPE, entre os órgãos de execução e de atuação da Defensoria Pública do Estado, objetivando o aprimoramento das atribuições institucionais e a uniformidade dos entendimentos ou teses jurídicas

No período foi realizado o Curso “Regularização fundiária - gestão urbanística, jurídica e social”, nos dias 16 e 30 de junho e 07, 14, 21 e 28 de julho de 2014, em São Paulo/SP, para defensores, agentes e público externo.

Foi também lançado edital para envio de artigos para a 1ª Revista de Direito Urbanístico da Defensoria Pública, em fase de consolidação dos textos para envio à EDEPE para diagramação e impressão.

4) Realização e estímulo de intercâmbio com entidades públicas e privadas

O Núcleo Especializado, nesse semestre, enfatizou o intercâmbio entre as mais diversas entidades, sejam públicas ou privadas, para execução de suas atividades.

Essa postura pode ser elucidada por meio dos seguintes exemplos:

4.1. Manutenção e aprimoramento do convênio com o Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos e Escritório Modelo da Pontifícia Universidade Católica - EM/PUC.

Importante frisar que esses convênios, para além de um mecanismo de encaminhamento de casos, mostram-se importantes por manter um canal aberto de diálogo e troca de experiências entre a instituição e os conveniados, de fundamental importância. Por exemplo, são diversas as ações que são acompanhadas de forma conjunta entre a Defensoria Pública e o Escritório Modelo, sendo que a primeira é responsável pelas questões jurídicas e o segundo pela parte técnico-social, tendo em vista que o núcleo não dispõe de profissionais da área. No período foram realizadas reuniões com o Escritório Modelo da PUC.

Também foram realizadas reuniões com o Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos e com a Assessoria de Convênios para aprimoramento desse Convênio.

4.2. Diálogo constante com o Ministério Público Estadual. O Núcleo de Habitação procura manter diálogo constante com o Ministério Público Estadual, especialmente considerando-se que muitas vezes esse é importante para a melhor encaminhamento de casos que acompanha. No período, exerceu atividades em conjunto com o Ministério Público, principalmente participando de reuniões com promotores,

juntamente com a comunidade ou órgãos públicos, como no caso da Comunidade Vila da Paz e comunidades ameaçadas de remoção em Poá.

4.3. Atuação conjunta com o Ministério Público Federal. Nesse período o núcleo atuou juntamente com o Ministério Público Federal, especialmente em razão das obras do trecho norte do Rodoanel, realizando audiência de conciliação na Justiça Federal.

4.4. Possibilidade de novos convênios. Foi realizada reunião com a assessoria de convênios e representantes do IPT, acerca da elaboração de convênio pelo qual essa Instituição possa dar apoio técnico à Defensoria Pública nas demandas na área de habitação e urbanismo.

4.5. Participação no processo de revisão do Plano Diretor Estratégico – O núcleo participou de uma série de reuniões e audiência pública sobre o processo de revisão do PDE-SP, tendo feito propostas específicas a partir do Projeto de Lei apresentado pelo relator do projeto na Câmara. O plano foi aprovado, tendo sido incorporadas sugestões elaboradas pelo núcleo, em conjunto com outras entidades e organizações parceiras.

5) Representação da instituição perante conselhos e demais órgãos colegiados, por qualquer de seus membros, por designação do Defensor Público Geral do Estado

A Defensora Pública Ana Bueno participa como membro titular do Conselho Estadual de Saneamento, sendo suplente a Defensora Pública Sabrina Nasser. Neste período não houve a realização de reuniões.

No período a Defensoras Públicas Anaí Rodrigues (titular) e Sabrina Nasser (suplente) foram indicadas como membros do Conselho Estadual de Desenvolvimento Urbano. No período não houve nenhuma reunião, nem mesmo a posse dos conselheiros.

6) Assessoria aos órgãos de execução e de atuação da Defensoria Pública do Estado

Além dos já citados compilação e encaminhamento de jurisprudências, sugestões de atuação, modelos, notícias etc. relacionados ao tema, o Núcleo Especializado continuou também a elaborar pareceres sobre temas que surgem a partir da provocação dos defensores naturais, para dar suporte à sua atuação. Nesse período foi realizado estudo sobre partilha de bens da CDHU e da Cohab em razão de divórcio ou dissolução de união estável.

Além disso, o núcleo está permanentemente à disposição dos defensores naturais para esclarecimento de dúvidas, auxílio em casos específicos, troca de ideias sobre questões variadas ou qualquer outra demanda que se fizer presente, sendo constantemente provocado com questionamentos por e-mail ou telefone, respondendo-os prontamente.

7) Acionamento de Cortes Internacionais

Não foi acionada nenhuma Corte Internacional nesse período.

8) Contribuições para a definição das ações voltadas à implementação do Plano Anual de Atuação da Defensoria Pública

No período a que se refere esse relatório, as principais ações do núcleo no sentido de implementar o plano foram: acompanhamento administrativo e judicial de casos em que há risco ao direito à moradia e à cidade, com especial atenção a casos em que a comunidade se encontra em área de risco; atuação judicial e extrajudicial com vistas a evitar a prática de remoções compulsórias; participação de reuniões para discussão de projetos de lei afetos à temática; continuidade da execução do projeto de regularização fundiária do Jardim Jaqueline. Especificamente, destaca-se: acompanhamento do processo de construção do Trecho Norte do Rodoanel, objetivando evitar os prejuízos gerados por essa intervenção pública; envio ao Conselho Superior da Defensoria Pública de proposta de Deliberação que cria a função do Coordenador de Habitação, Urbanismo e Questões Agrárias nas regionais, para descentralizar e absorver a atuação especializada nessa temática; participação efetiva na Comissão Defensoria na Copa, junto com outros núcleos, Administração Superior e Ouvidoria, cujo objetivo era atuar na defesa dos direitos fundamentais da população durante a realização da Copa do Mundo, em especial o direito à manifestação e o de ir, vir e estar, especialmente dos trabalhadores informais e da população em situação de rua.

9) Atividades de informação, conscientização e motivação da população carente, inclusive por intermédio dos diferentes meios de comunicação, a respeito de seus direitos e garantias fundamentais

Intensificação das visitas nas comunidades, que têm também como objetivo levar a elas as informações que normalmente não chegariam. Concessão de diversas entrevistas para jornalistas e estudantes de jornalismo, como forma de ajudar a difundir as questões afetas à temática de habitação sob o prisma da defesa do direito à cidade e à moradia.

Foi elaborado ainda parecer sobre o procedimento “Registro da Declaração de Posse”, que propõe o auxílio pela Defensoria Pública do registro de posse de comunidades, em área pública ou particular, com vistas ao resguardo de eventual direito (usucapião, concessão de uso especial para fins de moradia, legitimação de posse), bem como a mobilização da comunidade para que compreenda os direitos advindos da posse prolongada.

10) Articulação com núcleos especializados afins de defensorias públicas de outros Estados e da União, estabelecidas para definição de estratégias comuns em assuntos de âmbito nacional e para intercâmbio de experiências

A Defensora Pública Anaí Arantes Rodrigues participou da reunião da Comissão Especial do Direito Social à Moradia e Questões Fundiárias do CONDEGE de fevereiro de 2014, ocasião na qual deixou de responder pela sua coordenação, que passou à Dra. Adriana Schefer, de Porto Alegre. Além da reunião da comissão, na oportunidade foi realizada também uma reunião com o Ministério das Cidades, na qual representantes desse apresentaram alguns de seus programas (em especial o Minha Casa Minha Vida) e os defensores apresentaram questões referentes aos seus estados. Além de ter sido uma oportunidade importante para a abertura de um canal de diálogo com o Ministério das Cidades, na reunião apontou-se a possibilidade de ministério e Comissão atuarem de forma conjunta com relação a pensar um marco normativo nacional com relação a deslocamentos forçados, bem como com relação a inserir na legislação referente à desapropriação a necessidade de respeito à posse.

A Defensora Ana Bueno participou da reunião de maio de 2014, realizada em Salvador.

11) Contribuição no planejamento, elaboração e proposição de políticas públicas visando erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais, no âmbito de sua área de especialidade

Inicialmente, observe-se que diversos PAs do núcleo tratam de questões relativas a políticas públicas referentes à temática de habitação e urbanismo (fiscalização de áreas de ZEIS, programas específicos de habitação de interesse social, política de financiamento público para aquisição de imóveis etc).

A partir de estudos realizados no bojo de procedimento administrativo, o núcleo enviou uma Recomendação à Prefeitura municipal acerca da publicização da lista de pessoas inscritas na Cohab para atendimento habitacional, o que acarretou na realização de duas reuniões na Secretaria de Habitação para tratar do tema, além do compromisso de que a lista será publicada no prazo de 30 dias.

Além disso, o núcleo encaminhou, junto com o Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos e o Escritório Modelo da PUC, ofício para a Secretaria de Segurança Pública sugerindo a adoção de uma serie de procedimentos para garantir que, quando do acompanhamento de reintegrações de posse, a Polícia Militar atue de forma a garantir a segurança e a dignidade das pessoas envolvidas.

12) Apresentação e acompanhamento de propostas de elaboração, revisão e atualização legislativa afetas à sua área de especialidade

O Núcleo de Habitação vem discutindo com outras entidades que trabalham com a temática da habitação e outras Defensorias algumas possibilidades/necessidades de atuação no sentido de alterações legislativas. No período foi realizada reunião com o Ministério da Justiça, na qual foram discutidas algumas propostas de alterações legislativas referentes à temática de habitação.

No mais, além de ter acompanhado o processo de debates sobre a revisão do Plano Diretor Estratégico de São Paulo, a coordenação continua a acompanhar o trâmite do Projeto de Lei nº 572/2005, na Assembleia Legislativa do estado de São Paulo, que cria Comissão Especial de Análise de Despejos.

13) Outras ações desenvolvidas

A - Projeto Jardim Jaqueline. Trata-se de um projeto de regularização fundiária do Jd. Jaqueline, que está sendo executado em parceria com o Ministério das Cidades. No período compreendido no presente relatório, o núcleo deu continuidade às tratativas junto à Sehab sobre a possibilidade de atuação conjunta com a Prefeitura, para

realização da regularização urbanística da área e encaminhamento da demarcação urbanística como forma de solução fundiária.

Além disso, o núcleo continua acompanhando as reuniões das lideranças comunitárias.

B - Atuação judicial. Além das ações judiciais propostas no período, já elencadas nos itens “2.1.A”, o núcleo acompanha, atualmente 96 ações judiciais, como se pode observar pela tabela e relatório de acompanhamento de processos (Anexo 1). No período, foram recebidos 44 processos judiciais.

C - Acompanhamento de procedimentos administrativos. O núcleo acompanha atualmente 128 procedimentos administrativos ou pedidos de providência, sendo que a lista dos que estão em andamento e últimos andamentos seguem no Anexo 2.

No período foram abertos 23 procedimentos administrativos ou pedidos de providência e foram realizados 54 arquivamentos.

No período, foram enviados 204 ofícios, além das reiteraões, 07 memorandos e 03 recomendações.

D - Atendimentos coletivos. Praticamente todos os dias, de segunda à quinta-feira, são realizados atendimentos de comunidades que agendaram atendimento, seja para saber andamento de PA, seja para dar entrada em casos novos. A agenda de atendimento pode ser conferida no sítio eletrônico do Núcleo (Anexo 3).

E – Reuniões e Eventos. Além dos atendimentos coletivos, o núcleo participa de diversas reuniões, com lideranças, entidades parceiras, representantes do Poder Público, Ministério Público etc., em geral para tratar de questões relacionadas ao atendimento de comunidades específicas. Eventualmente, tais reuniões se tratam de questões mais abrangentes, que dizem respeito a diversas comunidades, ou a alguma questão genérica ligada à temática da habitação e urbanismo. Além disso, participamos de alguns eventos relacionados à temática de Habitação e Urbanismo. As atas dessas reuniões estão nos respectivos PAs e a agenda pode ser conferida no sítio eletrônico do Núcleo (Anexo 3).

F - Reuniões ordinárias. As atas das reuniões ordinárias do núcleo podem ser verificadas no Anexo 4.

14) Expedientes autuados com despacho de indeferimento de atuação do Núcleo

No período, não foi indeferido nenhum atendimento. Os casos de arquivamento foram todos aprovados em plenária do núcleo e podem ser verificados nas atas dessas e nas listas dos procedimentos administrativos.

São Paulo, 05 de agosto de 2014

ANAÍ ARANTES RODRIGUES

DEFENSORA PÚBLICA

Coordenadora do Núcleo de Habitação e Urbanismo até 31.07.2014